

A INICIAÇÃO À DOCÊNCIA E O LAPEDHI

THE TEACHING INITIATION AND THE LAPEDHI

Luciana Oliveira Correia¹

Resumo

Em 2022 completaram-se 11 anos que o curso de História do DCH VI da UNEB teve aprovada sua primeira participação no Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID). Desde 2011 já foram seis subprojetos aprovados. Este relato apresenta alguns fragmentos que ajudam a recompor trajetória da participação do curso de História do DCH VI no Programa e também traz reflexões sobre a concepção formação de professoras/es e do ofício da/do historiadora/or na escola básica e sobre ensino de História presentes nos princípios formativos dos subprojetos, e algumas inferências a partir de produções acadêmicas de autoria das/os bolsistas que ajudaram a construir os propósitos do LAPEDHI.

Palavras-chave: Programa de Iniciação à Docência. Curso de História do Campus VI. Formação de professoras/es. LAPEDHI.

Abstract

It has been 11 years, in 2022, that the History course at UNEB/DCH VI had its first participation in Institutional Program for Teaching Initiation (PIBID) approved. Since 2011, six subprojects have been approved for this program. This paper presents some fragments about them that help us reflect on the trajectory of this program. It also presents reflections on the conception of the training and work of history teachers in basic schools. There will be a discussion as well about the teaching of history present in the formative principles of the subprojects and some inferences from academic papers authored by the scholarship holders who helped to build the LAPEDHI.

Keywords: Teaching Initiation Programs. History at DCH VI. Teacher training. LAPEDHI.

Em 2012, quando um grupo de Docentes pertencentes ao Núcleo de História Social e Práticas de Ensino (NHPE/DGP-CNPQ) escrevemos o projeto que mais tarde se concretizaria como o Laboratório de Pesquisas em Didática da História (LAPEDHI) visualizávamos, primeiramente, a criação de um espaço físico onde professoras/es e alunas/os das disciplinas dos eixos Laboratório de Ensino de História e Estágio Supervisionado além de docentes parceiras/os da educação básica e de outras instituições de ensino superior pudessem desenvolver projetos e programas direcionados a melhoria da formação docente e do ensino de História. E também que

¹ Professora do curso de História do DCH VI e do PROFHistória/UNEB. Mestre em Educação pela UFMG (2004) Doutora em Educação pela Universidad de Alcalá (2017). Foi coordenadora dos subprojetos do PIBID de História aprovados nos editais de 2011 e 2012, e do núcleo do PRP de História do edital de 2018. E-mail: lcorreia@uneb.br

este local se convertesse em um espaço para acondicionar recursos materiais e fontes de pesquisa de forma a constituir um acervo didático e pedagógico de fomento de ações de formação inicial e continuada.

Um ano antes da publicação do edital PROFORTE que deu origem ao LAPEDHI a UNEB havia publicado a segunda chamada interna para inscrições de subprojetos para o Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Dois dos cursos do campus VI se inscreveram e tiveram suas propostas aprovadas, sendo um deles do curso de História, que apresentou o subprojeto "O Cotidiano do Ensino médio e a formação inicial do professor de História: vivenciando as dinâmicas do ensino de História espaço-tempo escolar". Esta foi a nossa primeira experiência com a iniciação à docência realizada a partir do Programa do Governo Federal.

A proposta teórica e metodológica do subprojeto, os saberes produzidos pelas vivências da iniciação à docência em um tempo e espaço com mais possibilidades para a observação e experimentação que o tempo do estágio curricular supervisionado teve um impacto direto nas concepções do LAPEDHI enquanto espaço para vivenciar e experimentar a formação docente no ensino, pesquisa e extensão. Neste texto falaremos um pouco sobre a trajetória dos programas iniciação à docência na UNEB e no curso de História do Campus VI, e como estes influenciaram e se deixaram influenciar pelo e no LAPEDHI.

Contexto

A inserção do curso de História do DCH VI no PIBID bem como a concepção inicial do LAPEDHI estão diretamente relacionadas ao contexto político educacional, dilemas e debates no interior da formação de professoras/es de História que remonta as mudanças (e também as permanências) vivenciadas no início do século XXI .

Há que recordar que o texto da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, sancionado em 1996, no seu artigo 62 determinava que a formação profissional para atuar na docência da educação básica

far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação

infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996)

É certo que momento da sua sanção foram reconhecidas por parte da legislação diferentes situações reais no âmbito profissional que historicamente se fizeram presentes no “chão da escola”, como por exemplo a existência de docentes leigos/os atuando nas redes de ensino. Entretanto dispositivos legais como o Decreto 3276/99 previam incentivos e programa específicos de formação em serviço como forma de qualificação profissional. As alterações da LDB ocorridas ao longo dos anos não retrocederam sobre a determinação de ser a formação superior em nível de licenciatura plena o requisito mínimo para a atuação docente na educação básica.

Entre os anos de 2002 e 2005 os cursos de licenciatura da UNEB vivenciaram reformas curriculares, para atender ao disposto das Diretrizes Curriculares de Nacionais dos cursos Superiores de História (DCN’s) de abril de 2001 e da Resolução número 2 do Conselho Nacional de Educação de fevereiro de 2002. Entre elas estavam a inclusão das disciplinas de pesquisa e a ampliação da carga horária e diversificação das modalidades de prática de ensino de História, buscando superar o legado de a licenciatura curta de Estudos Sociais, considerada como “a execução de um projeto político e ideológico de silenciamento de professores e pesquisadores da área de Ciências Humanas” (COSTA, 2019, p. 58), e ir além do modelo “três mais um” como metodologia de formação docente.

No ano em que o primeiro subprojeto do PIBID foi idealizado para o curso de História do Campus VI as primeiras turmas de licenciadas/os que cursaram o currículo implementado no ano de 2005 se graduavam. Mas toda mudança é um processo de longo prazo que não se resolve apenas no âmbito da legislação. Assim, ainda no início da segunda década do século XXI, um claro “complexo de bacharelado” era visível no currículo da licenciatura e inclusive as próprias DCN’s para os cursos de História reforçavam esta ideia. Selva Guimarães Fonseca (2002) teceu uma crítica realista afirmando que as Diretrizes colocavam o ofício da docência da História num segundo plano. Segundo a autora:

É interessante observar a separação que o documento [as DCN’s] traz entre o que é básico, elementar, e o que é complemento na preparação dos profissionais de História. Os saberes pedagógicos são

«complementares», sucedem os básicos. Não se articulam, nem se relacionam com os conhecimentos específicos da disciplina, situam-se no campo da «instrumentação» para o mercado, da aplicação prática das teorias [...] quando se trata da organização e da reestruturação dos cursos, o documento preserva o modelo «três mais um», e reforça mais uma vez a necessidade de formar o historiador. A palavra professor sequer é mencionada. (FONSECA, 2010, p. 68)

Em 2011 também vivenciávamos a tramitação do Projeto de Lei 398/2009² do Senado Federal para regulamentação do exercício da profissão do Historiador, apresentado ao Senado Federal por meio de iniciativa do Senador Paulo Paim, e após sua tramitação e aprovação nesta casa legislativa, o projeto havia sido enviado para apreciação na Câmara Federal. Por mais de quarenta anos esta foi uma bandeira de luta de entidades como a Associação Nacional de Professores de História (ANPUH) e a Federação do Movimento Estudantil de História (FEMEH), e em 2020 foi finalmente concretizada através da Lei Federal número 14.038. O projeto, e posteriormente a Lei que regulamentou a nossa profissão, reconheceu o magistério da História na educação básica como âmbito do exercício do historiador, sendo que o texto final aprovado foi ainda mais específico exigindo a graduação em curso de Licenciatura para este fim.

Outro aspecto contextual importante de se destacar tanto na concepção do subprojeto PIBID quanto do LAPEDHI foi o labor de pesquisa de algumas/uns professoras/es pesquisadoras/es do curso de História e sua aproximação com reflexões nos campos da História da Educação numa perspectiva de análise da Cultura escolar e da Educação Histórica, algo que era um movimento dentro da própria ANPUH e de outras associações e coletivos de profissionais de História como a Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH) e do Encontro Perspectivas do Ensino de História.

E por fim, recordamos que naquele momento o curso de História passava pelo processo de renovação do reconhecimento do curso. Apesar do redimensionamento curricular implementado em 2005 e já ter incluído a carga horária de 400 horas de

² Trata-se do PLS número 368, de 2009 de autoria do Senador Paulo Paim do PT/RS. O projeto tinha como objetivo regular o exercício da profissão de Historiador. Esta demanda cuja primeira iniciativa remonta ao Projeto apresentado em 1968 na Câmara Federal pelo deputado Ewaldo de Almeida Pinto, e arquivado por intervenção direta de representantes do governo militar no Congresso. Até chegar na Lei Foram várias tentativas de regulamentação apresentadas na forma de PLS com o objetivo de ter a profissão de historiadora/os reconhecida no ano de 2020. A trajetória está registrada no "Dossiê sobre a Regulamentação da Profissão de Historiador" feito pela ANPUH, disponível em https://www.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=317.

“prática como componente curricular” através do eixo disciplinar “Laboratório de Ensino de História” não havia concretamente um espaço de para o exercício da prática no modelo de laboratório de ensino no curso de História como já haviam nas outras licenciaturas do campus VI. O subprojeto do PIBID de História do campus VI já alertava para a necessidade de um espaço como este para o curso de História antecipando a sua concepção de trabalho colaborativo entre a universidade e a escola básica como elemento básico na formação de professoras/es .

A iniciação à docência como programa e a trajetória dos projetos institucionais da UNEB

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) foi instituído a partir da chamada pública MEC/CAPES/FNDE n. 01 no ano de 2007 para recepção de projetos institucionais de natureza colaborativa entre os cursos de Licenciatura das instituições federais de ensino (IFEs) e escola públicas de fundamental anos finais das séries iniciais e ensino médio. O PIBID foi concebido no bojo do conjunto de ações de melhoria da educação básica e da formação docente e previa a concessão de bolsas direcionadas a três sujeitos: discentes de cursos de licenciatura, na condição de bolsista de Iniciação à docência; docentes da educação básica, na condição de professora/or supervisora/or; e docentes de cursos de Licenciatura, na condição de professora/or coordenadora/or. Os seguintes editais, de 2009, 2011 e 2013, criaram outros dois sujeitos bolsistas: coordenadora/or institucional e coordenadora/or de gestão de processos educacionais, que deveriam também ser ocupadas por professoras/es das instituições proponentes.

Em 2009 o programa passou a fazer parte da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (Decreto 6.755, de 29 de janeiro de 2009 e Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, no seu art. 31). No edital CAPES/DEB Nº 02/2009 – PIBID, passou a acolher outras instituições públicas em geral (e não só as IFEs) como pleiteantes. O edital de 2009 incluiu as universidades e faculdades sem fins lucrativos e o de 2013 todas as Instituições de ensino superior ministrantes de cursos de licenciatura presencial ou a distância, podiam apresentar projetos institucionais ao programa. Se no primeiro edital as parcerias com as escolas públicas estavam restritas às instituições públicas ministrantes de fundamental II e médio

regular, a partir do segundo edital podiam ser apresentados projetos contendo subprojetos direcionados a todas as modalidades: educação básica regular, educação especial, educação de jovens e adultos, e a educação básica oferecida nas comunidades indígenas, quilombolas e no campo.

Em ser uma instituição em que a grande maioria das vagas de ingresso ofertadas na graduação são de cursos de licenciatura, e dispor naquele momento de experiência anterior em programas de formação docente³, a UNEB teve imediato interesse em participar do PIBID e submeteu seu primeiro projeto institucional em 2009 tão logo que o programa ampliou sua atuação para todas as instituições públicas de ensino superior. O projeto "A docência partilhada: Universidade e Escola como espaços que favorecem a construção dos elementos essenciais à docência" inscreveu onze subprojetos com a participação total de 210 bolsistas de iniciação à docência de nove campi, além de 23 bolsistas professoras/es supervisoras/es e parcerias com 19 escolas de redes municipais e estaduais. Foi o primeiro programa de formação de professoras/es executado pela UNEB cuja atuação também incluía as/os alunas/os da licenciatura como bolsistas.

No ano de 2013 a CAPES publicou a portaria 096 criando o Regulamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Neste mesmo ano também foi publicado o edital para a sexta edição do programa, e entre as novidades deste último edital a possibilidade das instituições proponentes apresentarem subprojetos de caráter interdisciplinar para serem desenvolvidos por docentes e discentes de pelo menos duas áreas distintas. O prazo de execução das atividades do programa também foi ampliado para até quarenta e oito meses. Neste ano também foram lançados editais PIBID Diversidade (CAPES) no âmbito da licenciaturas interculturais e a Fundação de Amparo à Pesquisa do estado da Bahia também lançou seu próprio edital de Iniciação à docência. Para se ter ideia da amplitude conquistada pelo programa entre os editais de 2007 e 2013 a nível nacional vejamos alguns números:

³ Como os programas de formação em serviço Rede UNEB 2000 e o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR).

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino, Caetitê, BA, v. 5, n. 2, p. 189-205, 2022.

Quadro 1: Ampliação de número de bolsistas entre os editais do PIBID de 2007 e 2013

Bolsistas por subprojetos	Edital 2007	Edital 2013
Iniciação à Docência	Mínimo 5 Máximo 30	Mínimo 5 Máximo 80
Supervisão	1 por escola conveniada	Mínimo 01 Máximo 16
Coordenação	1 por subprojeto	Mínimo 1 Máximo 4
IES com projetos aprovados	43	284

Fonte: Elaboração própria a partir das informações presentes nos editais MEC/CAPES/FNDE2007, CAPES 61/2013 e dos resultados finais dos respectivos editais publicados no Diário Oficial da União cujo arquivos estão disponíveis em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/pibid/editais-e-selecoes> . Acesso: 01 de dez. 2022.

Desde seu ingresso no programa a UNEB foi ampliando significativamente a sua participação. No edital de 2013 todos os campi tiveram subprojetos aprovados. Também há que registrar que além dos editais dos CAPES a UNEB também submeteu e teve aprovado um subprojeto de ID da Fundação de Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Quadro 2: Projetos institucionais PIBID/UNEB (2009-2013)

Edital	Projeto Institucional	N. de subprojetos
2009	A docência partilhada: universidade e escola básica como espaços que favorecem a construção dos elementos essenciais à docência.	11
2011	Ensino superior e educação básica: articulando saberes	18
2012	A docência partilhada: universidade e escola básica como espaços que favorecem a construção dos elementos essenciais à docência	39
2013 (CAPES)	Da iniciação à docência: ressignificando a prática docente	49
2013 (FAPESB)	Caminhos da/para a docência: da iniciação à profissão docente	10
2013 (CAPES/ Diversidade)	PIBID Diversidade/UNEB – LICEEI e PROCAMPO ⁴	7

Fonte: Elaboração própria a partir das informações disponíveis na página <https://pibidweb.uneb.br/index.php/historico-na-uneb/#header>

⁴ O documento disponível na *home page* do PIBID/UNEB (<https://pibidweb.uneb.br/wp-content/uploads/2020/02/Pibid-Diversidade-2013-UNEB-EDITAL-066-2013-CAPES.pdf>) não menciona se o projeto Institucional para o Edital do PIBID/Diversidade teve título.

Também foi no ano de 2013 que, por incentivo da CAPES, coordenadoras/es institucionais formaram o FORPIBID: um “fórum participativo e representativo, com intento inicial de estabelecer diálogo [...] entre as IES e a gestão do Programa no âmbito do Governo Federal” (CARDOSO e MENDONÇA, 2019, p. 150). Entre 2014 e 2016 a crise econômica e política vivenciada no país atingiu diretamente o programa, e as instâncias de fomento propuseram a drástica sua diminuição. Foi neste contexto que o Fórum passou a atuar “como o articulador das manifestações e da luta pela permanência do programa” (COSTA, 2019, p.94).

Vitórias importantes foram registradas como o resultado do movimento #ficapibid em 2015; a construção de audiências públicas nos estados, municípios e no âmbito federal; em 2016 a revogação da portaria CAPES 046, e a garantia da continuidade do programa, inclusive após a promulgação da Emenda Constitucional número 95⁵, conseguindo manter a vigência dos projetos aprovados pelo edital de 2013 até o ano de 2018. Apesar da significativa diminuição da quantidade de bolsas se comparado ao edital de 2013, a luta do FORPIBID também manteve a perspectiva de formação articuladora de ensino/pesquisa/extensão conseguida ao longo da sua existência.

Em 2018 a CAPES além de publicar o novo edital do PIBID iniciou também outro programa de bolsas de iniciação à docência: o Residência Pedagógica (PRP). Apesar de se tratar de uma proposta para residência pedagógica, ao contrário de outras propostas de residência docente que inclusive tramitaram no Congresso Nacional como projetos de Lei que guardavam muita similaridade com a residência na área de saúde, cuja principal característica das/os residentes deveria ser ser graduada/o, o edital CAPES 06/2018 aparentemente mantinha os princípios formativos consolidados pelo PIBID: era um programa de bolsas cujo edital fazia chamada às instituições de educação superior ministrantes de cursos de Licenciatura para apresentarem projetos de iniciação à docência alocados na formação inicial, cujo desenvolvimento deveria obrigatoriamente promover a articulação de sujeitos e saberes da educação superior e educação básica.

⁵ Ficou popularmente conhecida como “PEC do fim do mundo” e “emenda do teto de gastos”. Entre seus impactos imediatos está o congelamento por vinte anos dos investimentos sociais inclusive em áreas como educação e saúde.

A novidade do Residência Pedagógica em relação do PIBID foi que as/os bolsistas licenciandas/os deveriam estar cursando a segunda metade do curso, além da carga horária proposta ao projeto, de 400 horas de atividades para serem desenvolvidas em até dois anos, em reconhecer a RP como cumprimento do estágio curricular supervisionado. Entretanto o fato do programa ter traçado como uma de suas metas “Promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)” (BRASIL, 2018) desencadeou um movimento de resistência ao programa. A ANPUH está entre as entidades que signatárias do documento “Entidades se posicionam contrárias à padronização e controle impostos pelo Programa de Residência Pedagógica! Não à BNCC!”, que denunciava:

Ante a impossibilidade de obrigar os cursos de Licenciatura das Instituições de Ensino Superior (IES) a reescreverem os seus projetos pedagógicos, felizmente ainda resguardados pela autonomia universitária, o Programa de Residência Pedagógica é a estratégia do MEC para enxertar a BNCC nos programas de formação inicial, cujo custo para a qualidade da formação docente nas IES será muito mais alto do que os recursos financeiros porventura recebidos [...] Sublinhamos que a vinculação do Programa de Residência Pedagógica à BNCC fere a autonomia universitária, ao induzir nas IES projetos institucionais de formação que destoam das concepções de formação docente presentes nos seus próprios projetos pedagógicos, violando o preconizado no Parecer e na Resolução CNE/CP n. 2/2015, que definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Professores no Brasil. (ANPUH, 2018)

Apesar de todo receio houve adesão ao programa mesmo que em menor proporção se comparado com o PIBID naquele mesmo ano, já que 342 instituições submeteram projetos a este programa, enquanto apenas 182 apresentaram projetos ao Residência⁶. A UNEB teve aprovado seus projetos institucionais para ambos os programas, totalizando 52 núcleos (núcleo corresponde ao subprojeto) do PIBID e 26 do PRP, concedendo 1638 bolsas para discentes dos cursos de licenciatura.

Em 2020 houve a reedição das chamadas do PIBID e do PRP. No geral os editais mantiveram os princípios e objetivos do edital de 2018, entretanto no edital de 2020 houve uma significativa diminuição no número de núcleos formados uma vez que os

⁶ Em algumas instituições, como a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, a decisão de não participar do PRP foi aprovada Institucionalmente em seu Conselho acadêmico.
 Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino, Caetité, BA, v. 5, n. 2, p. 189-205, 2022.

próprios editais priorizavam a criação de núcleos de ID e de RP de cursos de matemática, língua portuguesa, ciências da vida e para alfabetização, tendo registrado uma drástica diminuição nos demais cursos, dentre os quais o de História. Em 2022 novas chamadas para o PIBID e o PRP foram públicas pela CAPES e dessa vez o edital não determinou prioridade entre os cursos.

Segundo registros das equipes PIBID e PRP da UNEB⁷, entre os anos de 2009 e 2019 todos seus departamentos tiveram aprovados subprojetos de iniciação à docência atendendo 22 municípios em 20 territórios de identidade pelo Estado da Bahia. Os Projetos institucionais da UNEB distribuíram bolsas, incluindo 2184 estudantes e 78 docentes dos cursos de licenciatura, além de 234 professoras /es da educação básica. Também estabeleceu parcerias com 189 escolas públicas de redes municipais e estadual. Além dos dados quantitativos expressados nos dados oficiais do programa na UNEB, há dados qualitativos alguns já registrados através das centenas de artigos científicos, TCCs, dissertações e teses produzidas aos longo dos anos analisando diferentes aspectos da iniciação à docência.

O PIBID se desenvolveu como um programa “de incentivo e valorização do magistério e de aprimoramento do processo de formação de docentes para a educação básica” (Relatório de Gestão, 2011, *Apud* DA SILVA, 2016, p. 76). A participação da UNEB no PIBID e nos demais programas de iniciação à docência manteve ao longo do tempo determinados princípios formativos como por exemplo o estímulo ao trabalho colaborativo entre os cursos de licenciaturas/IES e as escolas de educação básica; o incentivo à melhoria da formação docente desde os níveis mais iniciais como fator intrínseco à melhoria da educação básica; e a valorização do conhecimento produzido no espaço da escola pública e nas experiências docentes no “chão da escola”, possibilita “incluir prática e teoria em um único processo formativo” (COSTA, 2019, p.57), imprimindo ao programa a capacidade de também se converter em “aprendizado da docência ” (DA SILVA, 2016, p.32).

⁷ Dados constantes no “Mapa de Distribuição do PIBID na UNEB”, disponível em <https://pibidweb.uneb.br/index.php/estrutura-administrativa/>. Acesso em: 29 de dez. 2022.
Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino, Caetitê, BA, v. 5, n. 2, p. 189-205, 2022.

A participação do curso de História do DCH VI nos programas de Iniciação à docência

Diferente dos cursos técnicos e bacharelados, nos quais a possibilidade de iniciação profissional através de estágios não curriculares em empresas (inclusive de forma remunerada) são mais abundantes, nos cursos de licenciatura o exercício prático específico muitas vezes está restrito às poucas oportunidades de regência como substituição de docentes nas escolas da rede básica e na participação alguns programas institucionais, como o de monitoria de disciplinas.

No âmbito das universidades estaduais da Bahia, por exemplo, temos programas institucionais de monitorias de disciplina e o Programa Universidade para Todos realizado na parceria com o Governo do Estado, que funcionam como possibilidades de iniciação docente. Mas a grande maioria das/os licenciandas/os tem seu primeiro contato com a escola durante o estágio curricular supervisionado. Por isso mesmo podemos inferir sobre a importância de programas como o PIBID e o PRP para a licenciaturas, e de maneira particular para o curso de História do DCH VI.

Quadro 3: Participação do curso de História nos Programas de Iniciação à Docência entre 2009 e 2022

Edital CAPES	Bolsistas ID	Supervisoras /es	Coordenadoras /es	Escolas Parceiras
PIBID/2009	O curso de História não submeteu subprojeto			
PIBID/2011	10	01	01	02
PIBID/2012	24	02	01	03
PIBID/2013	41	06	03	04
PIBID/2018	21	03	01	03
PRP/2018	21	03	01	03
PIBID/2020	O curso de História não teve o subprojeto admitido no projeto institucional			
PRP/2020	O curso de História não teve o subprojeto admitido no projeto institucional			
PIBID/2022	O subprojeto do curso de História foi indeferido			
PRP/2022	24	03	01	03

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos formulários de inscrição de Subprojetos do curso de História do DCH VI nos programas PIBID e PRP.

Um princípio recorrente nas nossas propostas de ID desde o primeiro subprojeto de História tinha/tem foco na formação docente específica do nosso curso, na indissociabilidade entre teoria e prática, tendo como referência a atuação dentro da

realidade concreta o trabalho docente no “chão da escola”. Conforme expressado no plano de trabalho do nosso primeiro subprojeto:

A presente proposta de trabalho de iniciação à docência visa proporcionar aos bolsistas elementos para comparar e conhecer as demandas da disciplina História nas distintas organizações de ensino médio [...] Em suma compreender a função social e a educativa do ensino de história nas diversas modalidades de ensino médio e ao mesmo tempo preparar-se para atuar como regente [...] Ao final da realização do subprograma, os bolsistas graduandos devem ter a capacidade de realizar uma reflexão sobre o ofício do historiador dentro do espaço-tempo da escola, sobre a convivência com os distintos atores que participam do processo educativo, e da escola também como espaço de produção de conhecimento e não somente de reprodução social (Subprojeto do PIBID de História do DCH VI, 2011).

Adotamos a expressão “historiadora/or que exerce o seu ofício no espaço-tempo da escola de educação básica” não somente para nos referir às/aos colegas que exerciam sua docência na escola básica, mas também para pôr a manifesto o nosso compromisso político, ético e histórico com uma formação inicial que não criasse a hierarquia entre a figura da/o professora/or e da/o pesquisadora/or. Registramos que há dez anos não era comum o interesse sobre ensino, didática ou formação de professoras/es como objetos de pesquisa no campo da História (CORREIA, 2012, p. 4).

Já passados 11 anos da implementação da iniciação à docência nos cursos de História da UNEB conseguimos visualizar os aprendizados para a formação inicial e como os programas e o LAPEDHI se influenciaram/influenciam mutuamente. Especialmente através da produção acadêmica apresentado por ex-bolsistas do PIBID.

No seu Trabalho de Conclusão de Curso, Aline Rocha Coutinho, que foi bolsistas do PIBID de História entre 2014 e 2016, pesquisou os relatórios semestrais das/os bolsistas de ID produzidos entre o segundo semestre de 2015 e primeiro semestre de 2016. Baseando-se na análise dos indicadores dispostos nestes relatórios das/os licenciandas/os, o trabalho elucidou três aspectos recorrentes nas narrativas das/os discentes sobre o seu cotidiano no programa: as percepções das diferentes táticas e estratégias de educação histórica e do trabalho das/os historiadoras/es nas diferentes modalidades de ensino das escolas onde atuavam; a participação das/os licenciandas/os nos eventos acadêmicos apresentando trabalhos sobre aspectos

vivenciados no cotidiano das escolas e a experiência da co-docência da História nas aulas ou nas oficinas, contribuindo assim para um melhor desenvolvimento, significando uma preparação para o estágio e um momento de conhecer o ofício de historiadora/or no espaço da escola básica.

Esta, que foi a primeira pesquisa no curso de História sobre os impactos do programa para a formação inicial, elucidou ainda outra dimensão do programa: a de política de assistência estudantil. Em 2016 24% das/os alunas/os do Campus VI eram bolsistas do PIBID (COUTINHO, 2019, p. 35) o que acabava possibilitando que as/os alunas/os bolsistas tivessem uma renda que lhes permitissem dedicarem-se às atividades acadêmicas. Esta informação coincide com o apurado na tese doutoral de Costa (2019) que afirma:

O programa [PIBID] também possui valor social relevante pelo fato de conceder bolsas de iniciação à docência, configurando-se em uma tentativa de facilitar a permanência do graduando no curso de licenciatura, e se caracterizando, também, em certa medida, como uma política de assistência estudantil. (COSTA, 2019, p. 76)

No texto “A formação inicial do professor de História e sua atuação na escola básica”, Miguel, Novaes e Nascimento (2016) teceram reflexões sobre os princípios teóricos e metodológicos que vinham sendo consolidados através do subprojeto e apresentaram uma breve avaliação sobre os impactos da participação do PIBID para a formação das/os graduandas/os de História. Naquele momento em sua terceira participação no edital PIBID, a proposta de formação para os bolsistas ID já havia consolidado na prática formativa do subprojeto estimulando a “transformação as relações presentes no cotidiano escolar em objetos de pesquisa” (MIGUEL, NASCIMENTO e NOVAES, 2016, p. 183). A/os autora/es avaliam que:

Ao efetivarem atividades vinculadas a uma prática de pesquisa permanente, os bolsistas assumem uma postura não passiva, rejeitando como verdade única e absoluta as abordagens históricas que lhes são apresentadas, fazem questionamentos, levantam hipóteses e refletem sobre as temáticas postas pelo currículo. Isso posto a pesquisa assume um papel fundamental no processo de produção, desconstrução e reconstrução do conhecimento histórico. (MIGUEL, NASCIMENTO e NOVAES, 2016, p. 183)

Outro aspecto perceptível principalmente através de relatórios de atividades das/os professoras/es supervisoras/es é o funcionamento do programa como espaço de autoformação enquanto “investimento do próprio sujeito em si mesmo e em sua formação” (MACIEL, 2003) e de autorreconhecimento enquanto intelectuais produtoras de saberes na e sobre a escola e sobre a formação docente. No artigo publicado em 2016 em coautoria com as supervisoras do subprojeto do curso de História do DCH VI, foi abordada a experiência como princípio de formação na iniciação à docência. Segundo as professoras supervisoras a experiência proporcionada pelo programa permitiu-lhes refletir sobre o seu protagonismo na Iniciação à docência. Conforme descrito no texto do segundo livro do PIBID publicado pela UNEB:

a proposta do subprojeto é incitar a que os bolsistas IDs se comportem como verdadeiros residentes, conhecendo e realizando todas as atividades exigidas pelo ofício do docente de História. Mas, o protagonismo do direcionamento destas ações é assumido pelas supervisoras quando reconhecem que incentivam os bolsistas a “a imergir no cotidiano da escola”, como relata uma das supervisoras. Esta participação em todas as atividades “funciona enquanto formação para um licenciando que, de outra maneira, só teria pouca experiência na época do estágio”, afirma a outra colega. Entretanto este protagonismo não é entendido apenas de um lugar de poder, da relação da professora experiente, que “sabe” com o aluno de graduação que “não sabe”. Mas, a relação estabelecida é de parceria: “percebo que há troca de saberes entre os alunos da universidade e os professores da Educação Básica, que em parceria buscam traçar ações de melhoria no processo de ensino-aprendizagem da História”, relata a terceira colega. (CORREIA, GAMA, AGUIAR e CARVALHO, 2016, p. 101)

Em comum entre estes três trabalhos citados está o reconhecimento explícito ou implícito da Iniciação a Docência como um projeto vinculado ao LAPEDHI. Afirmar a formação docentes também como objeto de interesse não só do ensino, mas também da pesquisa no campo da História é uma permanência dos subprojetos de iniciação à docência e também foi a perspectiva de construção e atuação do LAPEDHI. Desde a nossa primeira experiência com o PIBID nos levou a vislumbrar o Laboratório de ensino como espaço de produção de conhecimento e reunião de pessoas que, numa perspectiva de trabalho colaborativo para a melhoria da formação inicial e continuada, participada por diferentes sujeitos, em particular docentes e discentes do ensino de História na educação básica e superior.

Referencias

ANPUH. **Entidades se posicionam contrárias à padronização e controle impostos pelo programa de residência pedagógica! Não à BNCC!** Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/4570-entidades-se-posicionam-contrarias-a-padronizacao-e-controle-impostos-pelo-programa-de-residencia-pedagogica-nao-a-bncc> . Acesso em 01 jan.2023.

BAHIA. **Edital FAPESB 018/2013**. Programa Institucional de apoio a Bolsa de Iniciação Científica (PIBID). 07 de março de 2013. Disponível em: <https://pibidweb.uneb.br/index.php/editais-2/> . Acesso: 01 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 3276**. Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, e dá outras providências, de 06 de dezembro de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3276.htm . Acesso em: 05 fev.2023.

____. **Edital CAPES nº 001/2011**, Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID 15 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://pibidweb.uneb.br/index.php/editais-2/> . Acesso: 01 jan. 2023.

____. **Edital CAPES nº 07/2018**, Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID 20 de Abril de 2018. Disponível em: <https://pibidweb.uneb.br/index.php/editais-2/> . Acesso: 01 jan. 2023

____. **Edital CAPES nº061/2013**, Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID 02 de Agosto de 2013. Disponível em: <https://pibidweb.uneb.br/index.php/editais-2/> . Acesso: 01 jan. 2023

____. **Edital CAPES/DEB nº 02/2009**, Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID 25 de Setembro de 2009. Disponível em: <https://pibidweb.uneb.br/index.php/editais-2/> . Acesso: 01 jan. 2023

____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 05 fev.2023.

____. **Resolução CNE/CP n. 2**. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior, de 19 de fevereiro de 2002. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 4 mar. 2002.

____. **Resolução CNE/CES n. 13.** Estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de História, de 13 de março de 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES132002.pdf> . Acesso em: 05 fev. 2023.

CARDOSO, Nilson de Sousa e MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima. A trajetória de atuação do FORPIBID-RP: entre inovar a formação e resistir aos ataques. **Formação em movimento**, Seropédica (RJ), v.1, n.1, p.146-152, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://costalima.ufrj.br/index.php/FORMOV/article/view/455/789> . Acesso em: 02 fev.2023.

CORREIA, Luciana Oliveira. O Ensino de História na Educação Básica como Ofício do Historiador: dilemas da formação inicial. In: ENCONTRO REGIONAL ANPUH/MG. 18. ,2012, Mariana **Anais[...]** Mariana: UFOP, 2015. Disponível em: http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340762223_ARQUIVO_LucianaoliveiraCorreia.Anpuhmg.pdf . Acesso em: 30 dez.2023.

____; GAMA, Alexandra Valéria Flora; AGUIAR, Nadir de Sousa Ledo; CARVALHO, Jumara Carla Azevedo Ramos. Experiência como princípio de formação do historiador: trajetórias do PIBID de História em Caetité. In: REGO, Adriano Eysen; PASSOS, Mirian Barreto de Almeida (Orgs.). **Iniciação à docência: diálogos, memórias e experiências do PIBID UNEB.** Salvador: Eduneb, 2016. p. 99-113. *E-book*. Disponível em: <https://eduneb.uneb.br/iniciacao-a-docencia-dialogos-memorias-e-experiencias-e-book/> . Acesso em: 10 jun.2019.

COSTA, Glauber Barros Alves. **Cartografias do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) de Geografia no Brasil: o desenho da política pública e seus saberes.** Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas.Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/11256/TESE%20PARA%20REP%20OSITORIO%20VERS%C3%83O%20FINAL%20GLAUBER%20BARROS.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 15 dez.2022.

COUTINHO, Aline Rocha. **PIBID: possibilidades de reflexão sobre a formação do docente e historiador no ensino de História.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Departamento de Ciências Humanas/Campus VI. Universidade do Estado da Bahia, Caetité, 2017. 41f.
DA SILVA, Eliene Maria. **A iniciação à docência no processo da aprendizagem docente: um estudo no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência PIBID / CAPES na Universidade do Estado da Bahia – UNEB.** Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/21822/1/ELIENE%20MARIA%20DA%20SILVA.pdf> . Acesso em: 01 fev.2023.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática do ensino de História.** 11^a Edição, Campinas: Papirus, 2010.

MACIEL, Maria Delourdes. Autoformação docente: limites e possibilidades. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. 55, 2003 **Anais[...]** Recife: UFPE, 2003. Disponível em: <https://docplayer.com.br/108646451-Autoformacao-docente-limites-e-possibilidades-1.html> . Acesso: 01 jan.2023.

MIGUEL, Antonieta; NASCIMENTO, João Batista Vicente; NOVAES, João Reis. A formação inicial do professor de História e sua atuação na escola básica: o ofício do historiador na docência. In: DA SILVA, Ana Lúcia Gomes; FIGUEIREDO, Camila de Souza; SALES, Márcea Andrade. (Org.). **Da iniciação à docência: ressignificando a prática docente**. 1ªed.Salvador: EDUNEB, 2016. p. 179-190.

Proposta para o Núcleo de Residência Pedagógica de História do DCH VI apresentado ao MEC em 2018 da Universidade do Estado da Bahia.

Proposta para o Núcleo de Residência Pedagógica de História do DCH VI apresentado ao MEC em 2022 da Universidade do Estado da Bahia.

Subprojeto do PIBID de História do DCH VI apresentado ao MEC em 2011 da Universidade do Estado da Bahia.

Subprojeto do PIBID de História do DCH VI apresentado ao MEC em 2012 da Universidade do Estado da Bahia.

Subprojeto do PIBID de História do DCH VI apresentado ao MEC em 2013 da Universidade do Estado da Bahia.

Subprojeto do PIBID de História do DCH VI apresentado ao MEC em 2018 da Universidade do Estado da Bahia.

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/pibid/editais-e-selecoes> . Acesso em: 01 jan.2023.

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica> . Acesso em: 01 jan.2023

<https://pibidweb.uneb.br/index.php/projetos-institucionais/> . Acesso em: 01 de jan. 2023.

<https://www.prp.uneb.br/index.php/teses-dissertacoes/> . Acesso em: 01 jan.2023.